

As manifestações de pequenos lavradores no centro da cidade do Rio de Janeiro – 1945 a 1964

Leonardo Soares dos Santos - UFF/Campos. leossga@gmail.com

Resumo: Este artigo enfoca as ações e manifestações de camponeses do Sertão Carioca no centro da cidade nos anos 1940, 1950 e 1960. Baseado nesse estudo é possível demonstrar a importância daquelas práticas para a formação de uma identidade e de uma consciência de classe entre os camponeses da cidade, considerando o papel de jornais, grupos políticos (PCB, PTB) e movimentos urbanos.

Palavras-chave: Movimentos sociais, luta pela terra, zona rural, Rio de Janeiro.

Resumo expandido: Analisando o que foi o movimento por terra dos pequenos lavradores do Sertão Carioca, não sobram dúvidas de que ele, mesmo sendo considerado pequeno e não tendo a mesma importância que movimentos de outros setores da cidade primou sempre pelo cumprimento de um objetivo, bastante caro a muitos movimentos camponeses espalhados pelo mundo: evitar a todo custo o isolamento. Em outro trabalho percebemos como isso se deu em termos sociais, explicando melhor: como os pequenos lavradores, suas lideranças e representantes efetivaram alianças e relações com outros movimentos sociais. Entretanto é possível ver também que esse movimento frequentemente buscou simbolizar no espaço da própria cidade essa sua recusa em se manter isolado, em não ser simplesmente visto e ouvido. As idas dos pequenos lavradores ao centro podiam ocorrer de várias formas. Vamos começar por aquela que talvez tenha sido a forma de maior repercussão, a ida de representantes de pequenos lavradores às sedes dos poderes públicos localizadas no centro da cidade do Rio de Janeiro. Curiosamente, realizavam sem saber a mesma prática que segundo Max Weber caracterizava um cidadão pleno de seus direitos.

Nesse espaço público da cidade esses “camponeses” apresentavam seus “graves problemas” e “demandas mais prementes”. Aqui, como em outras situações, os lavradores e seus representantes irão logo se preocupar em consolidar uma identidade do lavrador, ao menos aquela voltada para a opinião pública da cidade. Para tanto, valores como trabalho e uma vida “de sacrifícios” figurarão de maneira central na representação sobre os “homens da lavoura do Sertão Carioca”. Mas há também um outro componente importante, talvez mesmo estruturante, neste tipo de representação - formulada por representantes, militantes e imprensa: ao forjar a identidade do pequeno lavrador, eles buscam simultaneamente imprimir uma determinada identidade ao seu principal adversário, o pretense proprietário das terras em questão, conhecido pelo nome de “grileiro”. A este, serão dirigidos adjetivos, emblemas, signos, diretamente opostos: o “grileiro” é sempre apresentado como “oportunista”, “ganancioso”, cujos rendimentos econômicos são fruto não do trabalho, mas da especulação com terras, golpes e violências. As fontes históricas utilizadas para esse trabalho são constituídas de jornais da pequena e da grande imprensa, relatórios da polícia política e documentos sindicais.

TRABALHO COMPLETO

Um espaço que atrai: os significados das manifestações de pequenos lavradores cariocas no centro da cidade (1945-1964)

*Leonardo Soares dos Santos
Professor Adjunto COC/ESR/UFF
Coordenador do NEPETS/UFF*

Resumo

Este artigo enfoca as ações e manifestações de camponeses do Sertão Carioca no centro da cidade nos anos 1940, 1950 e 1960. Baseado nesse estudo é possível demonstrar a importância daquelas práticas para a formação de uma identidade e de uma consciência de classe entre os camponeses da cidade, considerando o papel de jornais, grupos políticos (PCB, PTB) e movimentos urbanos.

Palavras-chave: Sertão Carioca, Rio de Janeiro, Luta pela Terra, História Política.

Analisando o que foi o movimento por terra dos pequenos lavradores do Sertão Carioca, não sobram dúvidas de que ele, mesmo sendo considerado pequeno e não tendo a mesma importância que movimentos de outros setores sociais da cidade, primou sempre pelo cumprimento de um objetivo, bastante caro a muitos movimentos camponeses espalhados pelo mundo: ele sempre buscou evitar seu isolamento. Em outro trabalho percebemos como isso se deu em termos sociais, explicando melhor: como os pequenos lavradores, suas lideranças e representantes efetivaram alianças e relações com outros movimentos sociais (SANTOS, 2007). Entretanto é possível ver também que esse movimento frequentemente buscou simbolizar no espaço da própria cidade essa sua recusa em se manter isolado, evitando a todo custo ser excluído do cenário das discussões políticas da cidade.

As idas dos pequenos lavradores, ou melhor, comissões que se declaravam representantes do grupo de pequenos lavradores do Distrito Federal, podia se dar de várias formas. Vamos começar por aquela que talvez tenha sido a forma de maior repercussão, a ida de representantes de pequenos lavradores às sedes dos poderes públicos localizadas no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Curiosamente, a mesma prática que segundo Weber (1977) caracterizava um cidadão pleno de seus direitos. A primeira delas seria realizada em meados do ano de 1946. Foi quando uma “comissão de associados” da Liga Camponesa do Distrito Federal – fundada naquele mesmo ano – compareceu à então Assembléia Constituinte, sediada no Palácio Tiradentes, para entregar um memorial contendo as “reivindicações mais necessárias e urgentes” dos “camponeses” do Distrito Federal e, destacava o documento, “com segurança de todo o Brasil”. A comissão fora recebida pelos deputados Maurício Grabois (PCB), Otavio Mangabeira (UDN) e Café Filho (PSP) e o senador Nereu Ramos (PSP). Dizendo-se “certos do patriotismo de Vs. Excias e do desejo em que se encontram de resolver os graves problemas do povo brasileiro”, esses “camponeses” apresentavam as seguintes reivindicações: medidas contra o “grilo” em terras saneadas pelo DNOS na zona rural carioca, manutenção da posse da terra, crédito “fácil, barato e a longo prazo”, assistência técnica gratuita, fornecimento de ferramentas agrícolas e sementes, melhoramentos das estradas existentes e abertura de novas, criação de mercados livres “com a abolição dos intermediários”, fim das taxas e impostos que incidem sobre a locação de terras “atualmente desordenada, escorchante e realizadas a base de contratos unilaterais, quando não apenas verbais”, incentivo e amparo às cooperativas de produção e consumo, criação de escolas técnicas rurais e de alfabetização, postos de higiene, serviços de saneamento e “tantas outras providências complementares”.

Aqui, como em outras situações, os lavradores e seus representantes irão logo se preocupar em consolidar uma determinada identidade de pequeno lavrador, ao menos aquela voltada para a opinião pública da cidade. Para tanto, valores como trabalho e uma vida “de sacrifícios” figurarão de maneira central na representação sobre os “homens da lavoura do Sertão Carioca”. Mas há também um outro componente importante, talvez mesmo estruturante, neste tipo de representação - formulada por representantes, militantes e imprensa: ao forjar a identidade do pequeno lavrador, eles buscam simultaneamente imprimir uma determinada identidade ao seu principal adversário, o pretense proprietário das terras em questão, conhecido pelo nome de “grileiro”. A este serão dirigidos adjetivos, emblemas, signos, diretamente opostos: o “grileiro” é sempre apresentado como “oportunista”, “ganancioso”, cujos rendimentos econômicos são fruto não do trabalho, mas da especulação com terras, golpes e violências contra “pobres lavradores”. Ao comentar o destino dado às terras saneadas pelo DNOS, a comissão de representantes da Liga Camponesa destaca que elas

são hoje extensos latifúndios, indebitamente em mãos de grileiros audaciosos, que delas se apropriaram em geral, à custo de violências e crimes os mais revoltantes contra o pequeno possessor indefeso.

As grandes áreas saneadas do Distrito Federal e dos municípios vizinhos pertencem incontestavelmente, ao patrimônio público, por efeito de ‘vacância’ ou por ‘acrescidos’, mas, infelizmente, estão servindo apenas para o acúmulo de grandes fortunas de muitos felizardos” (*Tribuna Popular*, 18/06/1946. p. 6).

Entretanto, tal fala contém também elementos que evidenciam a grande dependência que essa iniciativa tinha em relação ao seu principal patrocinador, o Partido Comunista Brasileiro. Expressões como “todo o Brasil” e o próprio destaque dado ao fato da comissão ter sido recebida por membros de partidos tão divergentes entre si como PCB e UDN, revelam alguns dos princípios da linha política adotada pelos comunistas ainda durante a segunda Guerra Mundial, formalizada a partir da Conferência da Mantiqueira e que tinha como proposta central a “união nacional em torno do governo”.¹ Linha que será mantida mesmo depois da queda de Getúlio em 1945 e perdurará pela primeira metade do mandato presidencial do General Dutra. A preocupação fundamental da liderança comunista era garantir a realização das eleições e a convocação da Assembléia Constituinte. O PCB, tentava apresentar-se como o “esteio máximo da ordem, propondo a formação de uma ampla frente nacional que reunisse todos os anti-fascistas e “patriotas sinceros”.

Na realização progressiva pacífica, dentro da lei e da ordem e da lei, de um tal programa, está sem dúvida a única saída para a grande crise política, econômica e social que atravessamos. E é por estarmos convencidos disto que, num gesto de lealdade e de superior patriotismo, estendemos a mão a todos os homens honestos, democratas e progressistas sinceros, seja qual for sua posição social, assim como seus pontos de vista ideológicos ou filosóficos e seus credos religiosos. Só assim alcançaremos a verdadeira *união nacional* sem a qual seremos presa fácil do fascismo e dos agentes do capital estrangeiro mais reacionário que, na defesa de seus interesses, fomenta a desordem e prega a desunião, geradora do caos e da guerra civil que precisamos a todo transe evitar” (CARONE, 1982, p. 4).

Nessa perspectiva, a Constituição era vista como um instrumento que garantiria todos os anseios de mudança, mesmo as transformações sociais mais profundas. A crença nesse postulado é reforçada pelos comunistas em todos os eventos políticos por eles patrocinados. A manifestação de lavradores no Distrito Federal acima citada não fugiu à regra. Conforme podemos ler, a justificativa de sua ida à Câmara Federal, contida no memorial, não faz mais do que repisar chavões e lemas da linha da União Nacional:

¹ Segundo Prestes (2001), havia desde 1937 documentos oficiais do partido que apontam para essa linha.

Neste momento em que VV. EEx. Representantes do povo brasileiro, procuram dar forma definitiva ao Estatuto Magno de nossa Pátria, nós, os lavradores do Distrito Federal, pelo seu recém-criado órgão de classe, a Liga Camponesa do Distrito Federal, dirigimo-nos a VV. EEx., apelando para que algo novo, consistente e progressista contenha a futura Constituinte sobre o problema agrário, em benefício de uma numerosa classe, que é a maioria do povo brasileiro, o que equivale a dizer, em benefício da nossa própria pátria, para sua maior grandeza e felicidade comum de todos os seus filhos (*Tribuna Popular*, 18/06/1946. p. 6).

Este foi o ponto máximo atingido pela Liga Camponesa carioca em termos de manifestação pública junto aos centros de poder. A decretação da ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em maio do ano seguinte implicaria no fechamento de suas diversas entidades, incluindo-se, logicamente, a Liga. Alguns anos se passariam até que os lavradores voltassem a se apresentar, física e simbolicamente, no cenário do centro da cidade. Seria preciso que o contexto altamente repressivo do Governo Dutra perdesse-se em amplitude e intensidade para que muitos setores e grupos da sociedade civil se sentissem a vontade para se expressar politicamente junto aos centros do poder oficial e constituído. Os primeiros sinais seriam dados com a própria vitória presidencial de Getúlio Vargas, que para voltar ao Palácio do Catete “nos braços do povo” procurou ensaiar uma aproximação com setores identificados com o movimento sindical. Este pareceu cumprir a risca o pedido de Vargas (“Eu preciso de vocês [povo brasileiro] junto a mim para governar”), pois o aumento das greves e da própria mobilização é significativo neste período (MATTOS, 2003).

Além disso, o próprio PCB, empurrado para a ilegalidade, vai aos poucos conseguindo se reestruturar, formando quadros e organismos para atuar tanto na área urbana como nas áreas rurais. Parte do movimento de pequenos lavradores do Sertão Carioca, como então era chamada a zona rural da cidade, parece acompanhar esses passos. Novas entidades são criadas na região como as Associações de Pequenos Lavradores (Mendanha, Jacarepaguá, Guaratiba e Santíssimo). Até mesmo encontros como Congressos e Assembléias são novamente realizados. Ou seja, o movimento de pequenos lavradores procura readquirir no início da década de 1950 a configuração que ele tinha até maio de 1947. Mas para que isso se cumpra, o movimento teria que readquirir também um outro aspecto, na verdade, o mais importante em termos de sua visibilidade, o mais eficaz mecanismo estratégico de “apresentação de si” (CHAMPAGNE, 1990): o comparecimento de membros do movimento,

com seus reclamos e bandeiras, no centro da cidade. Não é a toa que se passe a cogitar tal iniciativa no âmbito da Assembléia dos Lavradores da Fazenda dos Coqueiros (Santíssimo), ocorrido em setembro de 1952. Para ser mais exato ela é proposta – e segundo o jornal comunista *Imprensa Popular*, “aprovada unanimemente” – no último dia do conclave pelo lavrador Manuel José Ribeiro, que defendia a necessidade dos pequenos lavradores fazerem uma passeata na Câmara Municipal para pressionar os vereadores no sentido de garantirem a posse da terra naquela área (*Imprensa Popular*, 02/09/1952, p. 3). “Marcharão sôbre o Catete mais de mil camponeses”, era uma das manchetes estampadas no vespertino comunista, o qual ainda mencionava alguns detalhes de como seria a inovadora empreitada: “[a marcha] partirá do Campo de Santana e será acompanhado de um caminhão com cartazes e faixas; [e será] enviado telegramas marcando audiência com Vargas”. Inovadora não tanto pela iniciativa em si – até porque ela já tinha sido realizada em 1946 -, mas pelo fato de se tentar reunir um número tão expressivo de manifestantes. Só que tanto em 1946 como nos anos seguintes as manifestações de pequenos lavradores no centro do Rio continuariam a ser integradas por pequenos grupos ou comissões de representantes de entidades organizativas (assim se consideravam) dos pequenos lavradores. Contudo, a forma como eram organizadas se encaixava perfeitamente em termos históricos no tipo de manifestação diretamente dirigida à conquista do apoio da opinião pública, que começa a se manifestar em meados do século XIX, bem diferente dos movimentos de protesto inaugurados com a Revolução Francesa. Estes, como bem descreve Patrick Champagne, eram confusos e quase irracionais, baseados na força e na violência. Depois disso, os movimentos se limitarão a

une expression réglée des opinions excluant le coup de force pur et simple. De meme que l’opinion ‘brute’ des classes populaires était rejetée au profit de l’opinion ‘elaborée’ des citoyens rationnels, de meme on va assister à une ‘domestication’ progressive de la manifestation de tue, ou si l’on veut, à l’invention d’une forme raisonnable, parce que fortement encadrée et controlée, d’expression directe des opinions (...). (Champagne, 1990, p. 58)

No início da década de 50 os pequenos lavradores voltariam ao centro da cidade, comunicar às autoridades públicas, de forma “reglée et raisonnable”, suas queixas, denúncias e reivindicações, de maneira formalizada, quase polida, por meio de memoriais e abaixo-assinados. Em agosto de 1954 lá estavam “dezenas de lavradores” entregando um memorial com reivindicações de “mais de 20 mil posseiros de Jacarepaguá, Santa Cruz e Campo

Grande”. A comissão era “encabeçada” por Pedro Coutinho Filho, militante comunista, advogado que atuava em diversas campanhas do PCB tanto no Sertão Carioca como na Baixada Fluminense. Muitas das reivindicações entregues já apareciam no memorial de 1946: crédito fácil e barato “sem burocracia e sem pistolão”; redução de impostos; garantia de mercado para sua produção; medidas contra intermediários; melhoria das estradas; máquina para preparar a terra, sementes, ração, inseticidas; postos de saúde, escolas, água encanada e luz. Porém, talvez como consequência do trabalho de advogados envolvidos no movimento, podemos verificar uma maior precisão na elaboração de reivindicações ligadas à questão da manutenção da posse da terra, a saber: levantamento do cadastro de todas as glebas do Distrito Federal; prazo não superior a 6 meses para propriedade plena para posseiros, arrendatários etc., que é, segundo eles, uma “tradição de mais de 30 anos”; e, a participação dos lavradores na organização dos cadastros de terra.

No ano seguinte, “lavradores” da Fazenda Piaí (Sepetiba), que disputavam a posse da terra com Erving Renet e os irmãos Lopes, pretensos proprietários das terras do lugar, comparecem à Câmara Municipal para, segundo o jornal comunista, “pressionar os líderes da bancada a assinarem um projeto de desapropriação da área” (*Imprensa Popular*, 26/11/1955).

No mesmo ano vemos representantes dos pequenos lavradores introduzirem duas significativas inovações em suas manifestações no centro da cidade. A primeira diz respeito ao esforço em articular as demandas do movimento carioca com o dos lavradores da Baixada Fluminense. Assim, representantes de Jacarepaguá, Coqueiros e Mendanha vão à Câmara Municipal junto de uma comissão de Xerém. Esta vai, é importante frisar, com o estrito fim de demonstrar solidariedade, já que a Câmara não tinha qualquer tipo de jurisprudência sobre as terras da Baixada Fluminense. Depois se encaminham para o Senado Federal, onde todos registram a denúncia de violência cometida pela polícia do estado do Rio de Janeiro em Xerém. Uma outra reivindicação apresentada contém nela mesma uma tentativa de articular o movimento com um outro, de caráter urbano, como é o dos moradores de favelas do Rio de Janeiro: os representantes dos pequenos lavradores pedem que o Senado verifique, “como estão fazendo com os ‘proprietários’ das favelas”, os “duvidosos títulos dos grileiros” (*Imprensa Popular*, 24/05/1955; *Voz Operária*, 28/05/1955, p. 11). Cerca de um ano depois, diversas representações comparecem à Câmara Federal e ao Palácio Guanabara.² Neste

² Nesse mesmo ano passa a ser residência oficial do Presidente da República.

momento as reivindicações sobre a questão da posse da terra passam a monopolizar a pauta do movimento, ou melhor, a pauta apresentada por ocasião das manifestações públicas dos pequenos lavradores por meio de comissões de representantes (*Imprensa Popular*, 02/06/1956).

Esta tendência acaba se confirmando um ano depois pelas comissões de lavradores de Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba e Santíssimo que comparecem à Câmara Municipal. Novamente se vê o tema da desapropriação das terras da região ser levantado, mas é acompanhado de outros reclamos: zona agrícola mal servida de condução, especialmente Jacarepaguá; grande dificuldade de ir às feiras, principalmente aos domingos; iluminação ruim; monopólio de “atravessadores nas feiras”; preços baixos dos gêneros perecíveis (*Imprensa Popular*, 07/05/1957).

Houve uma ocasião em que a ida à “cidade” se justificaria não por questões suscitadas pela “calamitosa situação” da zona rural, mas sim em virtude de uma preocupação com os interesses nacionais. Em junho de 1957, uma comissão de “lavradores do Sertão Carioca”, mais precisamente de Guaratiba, esteve na Câmara Federal, entregando ao deputado Dagoberto Sales um memorial com “dezenas” de assinaturas em protesto à “entrega” de Fernando de Noronha aos norte-americanos para servir de base militar. Um acordo, segundo o *Imprensa Popular*, “ilegal e impatriótico” (*Imprensa Popular*, 08/07/1957. p. 2). Em que pese o comprometimento dos manifestantes com os comunistas, que foram provavelmente os principais organizadores do evento, esta iniciativa demonstra um esforço em reafirmar uma tendência que já se verifica nas menções à crise do abastecimento de gêneros alimentícios: a capacidade dos lavradores em se afirmarem e serem reconhecidos como um grupo que luta não apenas pelos próprios interesses, mas também pelos interesses gerais, da sociedade como um todo. Ou seja, é como se os lavradores, grupo que nasce de problemas específicos e aparentemente restritos ao seu cotidiano, quisesse se desfazer da imagem de um grupo corporativo e postulasse a condição de grupo político, próprio do grupo que crê e se faz reconhecer enquanto grupo que postula e defende questões e interesses que extrapolam o estreito círculo de suas relações e experiências.³

No ano seguinte, o movimento dos pequenos lavradores atingirá talvez o seu ponto máximo em termos de manifestação pública: a inauguração da I Conferência dos Lavradores

³ Baseio tal argumento em Gramsci (2000).

do Distrito Federal é iniciada com uma sessão solene no “Salão Nobre” da Câmara de Vereadores em 25 de abril de 1958. Acostumados a ir à Câmara para transmitir denúncias e reivindicações a um ou outro vereador para que este as transmita nas audiências da casa, os representantes da “lavoura do Distrito Federal” têm agora a oportunidade de fazê-las diretamente, em nome de organizações como a Associação Rural da Fazenda dos Coqueiros, a Associação Rural de Jacarepaguá, a Associação Rural de Mendanha e a Associação Rural de Guaratiba e, principalmente, dos “lavradores” do Sertão Carioca, dos quais 500 deles teriam assinado o manifesto de convocação do conclave. Além das habituais condenações às práticas de grileiros, em conluio com policiais; à falta de crédito, assistência técnica e médica etc.; os representantes dos lavradores resolvem centrar sua ênfase no tema do abastecimento da capital federal. Segundo Valdir Moura, membro da Associação Agrícola de Jacarepaguá:

Nosso principal objetivo é deixar, nesta conferência, bem clara a crise que vem atravessando a lavoura no Distrito Federal, por falta de amparo e assistência técnica-econômica de parte dos poderes públicos. A nossa lavoura vêm sendo sistematicamente eliminada pela grilagem e pelas ameaças constantes de bancos, cias e indivíduos inescrupulosos. Verificamos, por estas razões, que foram inúteis todos os apêlos dirigidos pelos lavradores, e por suas associações, aos responsáveis pela administração municipal. (*Imprensa Popular*, 26/04/1958, p. 8)

Na verdade, os representantes dos pequenos lavradores faziam eco a uma antiga reivindicação da população carioca: o estabelecimento de um cinturão verde para ajudar a prover o abastecimento de gêneros. Anos atrás o *Diário Trabalhista* escrevia um editorial a respeito intitulado “O Sertão Carioca”:

Há um ponto de maior importância na administração carioca, o do incentivo à produção nas cercanias da cidade (...) A imprensa não se cansa de aludir ao ‘cinturão verde’ em torno da metrópole, querendo significar, com essa expressão, a necessidade que tem o denso agrupamento urbano de uma faixa verdejante de lavoura nas suas imediações, a fim de abastecê-lo, convenientemente, dos produtos de granja, horta e pomar, indispensáveis ao consumo diário da população (*Diário Trabalhista*, 17/12/1952, p. 2.).

Mas nessa época, conforme podemos observar pelo próprio testemunho do jornal, as causas para a falha do abastecimento tem a ver com fatores externos à cidade:

O Rio cresce espantosamente. Sua população multiplica-se de ano para ano. E com isso, aumentam sempre as necessidades de consumo dos seus habitantes. Temos Estados que nos fornecem produtos de alimentação; mas êsse abastecimento depende de transportes falhos e dispendiosos. Daí a escassez de gêneros e a alta de preços.

Tudo aconselha, pois, a que procuremos desenvolver a lavoura e a criação em volta da capital, como providência de enorme vantagem econômica (idem).

Porém, quando a década de 1950 se encaminhava para o fim, havia quase que um consenso entre a imprensa de que a razão para a profunda crise de abastecimento de gêneros era bem outra. E estava bem aqui na cidade do Rio de Janeiro: as ações de grileiros no sentido de destruir a área agricultável da cidade. O que era tido na década de 1940 apenas como uma hipótese sobre as causas da crise da agricultura carioca, torna-se, nas décadas de 1950 e 1960, um lugar-comum. Este editorial do *Luta Democrática* dá uma dimensão sobre o consenso que cercava o tema, ou seja, sobre a “culpa” dos “grileiros”.

O alto custo de vida que aflige tôda a população da Guanabara atinge, de forma violenta, o trabalhador do campo que, hoje, pode-se dizer, perdeu a sua condição precípua de produtor e se encontra, quase que totalmente, na situação de consumidor. O Sertão Carioca, que em 1940 abasteceu 30% do consumo do Estado, hoje concorre apenas com cerca de 4% (1% de acordo com as estatísticas oficiais); enquanto naquela época cultivávamos 4800 hectares de terras, hoje apenas aproveitamos 2300. É o lamentável resultado de uma política de liquidação de nossa atividade agropecuária, em proveito do tubaronato imobiliário. Não há assistência técnico-financeira ao homem do campo; não há mercado garantido, o ‘atravessador’ é o senhor da situação. O ‘grileiro’ prolifera com a conivência das autoridades administrativas e policiais (*Luta Democrática*, 01/10/1961, p. 1).

Não foi difícil para as lideranças do movimento dos pequenos lavradores estabelecerem em seus discursos algumas importantes associações. Mais do que as violências de grileiros cometidas contra os pequenos lavradores, e o simultâneo descaso das autoridades públicas (às vezes agindo em parceria com aqueles), o que se visa sublinhar são as conseqüências daqueles atos não só para os lavradores, mas para o próprio fornecimento de gêneros para a população da capital. Diante disso, os organizadores da Conferência pretendiam “junto ao Povo Carioca, expor essa situação, mostrar as causas e apontar as soluções que deverão ser imediatamente solicitadas aos poderes competentes, para salvar a nossa periclitante lavoura e prevenir o abastecimento do futuro Estado da Guanabara”. Aqui, aqueles que se afirmavam representantes do movimento dos pequenos lavradores cariocas buscam uma outra forma de se dirigir à opinião pública, com o estrito fim de conquistar sua adesão. Ao argumentar que os danos à agricultura carioca representam um risco ao abastecimento de alimentos da cidade, ou seja, de que a situação de crise vivenciada pelos seus lavradores é um risco para o próprio bem-estar da população carioca, aqueles

representantes formulam um tipo de discurso que busca re-significar o papel do Sertão Carioca no contexto da cidade, de modo a reafirmar a relação quase fraternal entre os pequenos lavradores e a “população da cidade”: a preservação da zona rural tem como maior beneficiário, mais do que os pequenos lavradores, os próprios habitantes da zona urbana. Tal argumento permite que aqueles representantes explorem uma noção que praticamente transfigura a “luta pela posse da terra dos pequenos lavradores” em “luta da população carioca pelo abastecimento de gêneros”. Em sua reportagem sobre o evento, uma verdadeira convocação, o *Imprensa Popular* ratificava tal idéia ao afirmar que para o sucesso da I Conferência

torna-se imprescindível o apoio de todos e, sobretudo, dos trabalhadores e suas entidades sindicais (...) Tomando conhecimento *pela voz dos próprios lavradores*, de seus problemas, poderão melhor harmonizar os seus esforços no combate à carestia e pela melhoria das condições de vida da população carioca” (*Imprensa Popular*, 24/04/1958).

Curiosamente, as manifestações de representantes de pequenos lavradores ao centro cessaram até 1963. Esse foi o ano em que, no dia 11 de novembro, representantes de pequenos lavradores realizaram uma “concentração” nas escadarias da Assembléia Legislativa (ALEG), exigindo a aprovação do projeto do deputado comunista João Massena que dispunha sobre a demarcação de uma zona rurícola no já agora Estado da Guanabara (*Novos Rumos*, 15-21/11/1963. p. 1.). Nesse momento, a estratégia utilizada para assegurar a posse dos pequenos lavradores, junto ao instituto da desapropriação, era o zoneamento, que teoricamente preservaria as terras agrícolas frente aos empreendimentos imobiliários, comerciais e industriais. Outro elemento novo nessa manifestação, ou melhor, na cobertura que a imprensa comunista faz do evento, é vincular a situação de crise da lavoura carioca não ao contexto nacional e sim à administração de Carlos Lacerda à frente do governo da Guanabara. Lacerda era um dos principais expoentes do movimento anti-comunista e chegou ao poder depois de derrotar justamente uma coligação de petebistas e comunistas nas eleições para governador. A partir daí, ao menos para os comunistas cariocas, Lacerda passa a ser alvo da maior parte de seus ataques, mais do que o “imperialismo ianque”. No caso dos lavradores cariocas, por exemplo, o comunista *Novos Rumos* reconhecia que eles eram “há muito tempo, vítimas da pressão e do assalto dos tubarões que controlam o mercado imobiliário da Guanabara”, mas ressalta que a “perseguição das cias [imobiliárias]” atingiu seu “ponto culminante” sob o

governo de Lacerda, “que sustenta as negociatas, feitas neste Estado e reage à necessidade de Reforma Agrária” (idem). Aqui, uma vez mais, vemos o quanto as manifestações públicas podiam funcionar como um canal de expressão das diretrizes e palavras de ordem do próprio PCB. Depois de decretar a extinção do “Manifesto de Agosto” – com seus apelos à formação de Exércitos Nacionais de Libertação Nacional entre os camponeses e confiscação de terras -, o Partido passaria, ainda no final da década de 1950, a empunhar a bandeira da Reforma Agrária, a ser conquistada por meio de medidas governamentais (leis ordinárias e especiais, decretos etc.) junto à intensa pressão de setores mobilizados da sociedade civil.

Quando confrontamos este enfoque com o da abordagem do *Diário de Notícias*, um dos jornais de maior circulação na cidade, verificamos que a ênfase deste recai mais sobre as conseqüências da destruição do cinturão verde para o abastecimento da população da cidade. Conseqüências geradas pelo “abandono e miséria em que se encontra o lavrador carioca, sem terra própria, sem auxílio técnico e financeiro, sem mercado garantido para os seus transportes e, ainda perseguido pelos exploradores imobiliários e pelos grileiros” (*Diário de Notícias*, 12/04/1963, p. 12).

* * *

Uma outra forma de manifestação ou presença de lavradores ou representantes no centro da cidade se dava sob a forma de audiência com autoridades e personalidades políticas. Durante a primeira metade da década de 1950, os seus registros são praticamente nulos na imprensa comunista. E não podia ser diferente. A linha política adotada desde praticamente a decretação da ilegalidade era de caráter eminentemente insurrecional, defendendo a tomada do poder pelas armas, a confiscação de terras etc. Tal era a concepção revolucionária do Manifesto de Agosto. Por esse enfoque, as instituições como a Constituição, as assembleias legislativas, as leis em geral, não eram mais do que instrumentos de dominação em mãos de latifundiários e da burguesia nacionais.

A cobertura jornalística não só das audiências com autoridades políticas, como das próprias idas a lugares como a Câmara Municipal só são retomados a partir do momento que as diretrizes do Manifesto já se encontram fragilizadas no interior mesmo do partido. Mas a cobertura de encontros de representantes de lavradores com políticos nas sedes de poderes públicos - o que teoricamente comprovava a confiança por parte daqueles nas instituições

públicas - em jornais ligados a correntes políticas – que pregavam a confiança absoluta da sociedade nessas instituições - era ampla. E é importante destacar que esse tipo de iniciativa por parte de representantes do movimento de lavradores era muito comum, o que demonstra que esse movimento não era dependente de todo dos comunistas.

Começamos pelo *Diário Trabalhista*, que tinha exatamente como um dos seus lemas: “Ordem, trabalho e respeito às autoridades constituídas” (*Diário Trabalhista*, 24/05/1947. p. 5.). O qual era também um dos lemas da corrente política do trabalhismo varguista. Além disso, todos esses ingredientes eram cimentados por forte anti-comunismo: “... colega Metalúrgico se você é cristão e ama os seus filhos: vote em qualquer chapa, menos na comunista. Pense no futuro de nossa Pátria! – ‘TUDO PELA PÁTRIA – VIVA O BRASIL’ ” (*Diário Trabalhista*, 15/12/51, p. 5).

Em setembro de 1952, por exemplo, o mesmo jornal noticiava que membros da Associação de Lavradores da Fazenda de Coqueiros foram ao gabinete do vereador Mourão Filho protestar contra a ameaça de “despejo em massa” que pesava sobre eles e então lhe dirigiram um apelo “no sentido de intervir, a fim de dar termo à apreensão em que vivem” (*Diário Trabalhista*, 05/09/1952, p. 2). Meses depois, o *Diário* informava que lavradores da Fazenda do Guandú do Sapê estavam sendo ameaçados de despejo pela marinha, razão pela qual compareceram ao gabinete do secretário de agricultura do Distrito Federal João Luiz de Carvalho para pedir que “tome medidas capazes de evitar o despejo de tantos produtores, que na posse da terra a fazem produzir em benefício da população da cidade” (*Diário Trabalhista*, 20/01/1953, p. 4). Uma tendência que se revelava na cobertura desses eventos por parte desse tipo de jornal era, de maneira oposta ao da imprensa comunista, uma certa ênfase na suposta “boa-vontade” das autoridades políticas em atender aos apelos dos lavradores que acorriam até eles. Vejamos o que teria ocorrido, segundo as lentes do jornal socialista *O Popular*, com “numerosa comissão” de pequenos lavradores cariocas constituída por duas representações: uma de Pedra de Guaratiba e a outra da Fazenda do Piaí (Sepetiba). Numa “audiência” com o prefeito, na hora do seu “despacho com o secretário de agricultura”, elas pediram “providências do governo contra os despejos em massa”. Segundo o jornal, o prefeito respondeu que sentia “profundo respeito pela causa dos lavradores”, dizendo que a municipalidade “já estudava” um meio para sustar os despejos. E acrescentava que o fazia por

“recomendação expressa do presidente da República, para quem a situação dos lavradores rurais é objeto de constante e atenta preocupação” (*O Popular*, 17/10/1953, p. 2).

É importante sublinhar que esse tipo de iniciativa guardava mais semelhanças que diferenças em relação às manifestações dirigidas ao conjunto de parlamentares. Da mesma forma que nas escadarias da Câmara Municipal, os representantes buscavam no interior dos gabinetes, em conversas reservadas com uma ou outra autoridade, consolidar uma imagem sobre si mesmo, uma identidade sobre o grupo dos lavradores. As características assinaladas nos memoriais entregues em outras manifestações aparecem com a mesma nitidez nos documentos entregues nas reuniões e audiências: gosto pelo trabalho, espírito de entrega pelo bem comum, humildade, generosidade – marcas indeléveis da personalidade do pequeno lavrador do Sertão Carioca. E na formulação dessa identidade, os órgãos de imprensa foram fundamentais para a sua difusão e consolidação. Num encontro em setembro de 1959 com o Marechal Lott, Ministro de Guerra do governo de Juscelino Kubitschek, “numerosa comissão” de lavradores de Jacarepaguá vai até ele para, segundo o *Gazeta de Notícias* “para solicitar seu apoio para a grande luta que, na realidade, não é apenas dos lavradores mas de todo o povo carioca. Enquanto maior for o loteamento na zona agrícola, mas precária será o abastecimento da Cidade Maravilhosa, evidentemente” (*Gazeta de Notícias*, 09/09/1959, p.6).

Além disso, como nos outros momentos, a configuração do perfil do “grileiro” não passa despercebido, funcionando como uma espécie de contraste necessário para a afirmação e valorização da identidade dos lavradores:

Cêrca de 30 mil lavradores do Cinturão Verde do Distrito Federal estão empenhados em árdua campanha contra os grileiros, que pretendem transformar as terras destinadas ao cultivo dos produtos agrícolas em simples áreas de loteamento. Somente em Jacarepaguá, cêrca de 4.500 lavradores estão ameaçados pela sanha dos grileiros.

Em outros momentos, a menção à figura do “grileiro” se devia menos à afirmação de aspectos simbólicos e sim à denúncia de práticas realizadas por aqueles contra lavradores. O melhor exemplo disso foi a ida em outubro de 1961 de uma “delegação de lavradores” de Campo Grande ao gabinete de Segadas Viana, chefe de polícia do Distrito Federal. Chefiados por João Batista Tenório, “pediram garantias ao sr. Segadas Viana contra os ‘grileiros’ que praticam ali violências de toda a sorte, especialmente queima de casas e plantações”.

* * *

Enquanto as idas de representantes de lavradores por meio de comissões ou delegações aos centros do poder ou a gabinete de alguma autoridade em particular, produziam falas e discursos mais elaborados, as denúncias contra atos de violência eram mais comum nas idas de representantes de lavradores às redações de jornais. Esta era a terceira forma pela qual os lavradores se apresentavam no centro da cidade. Mas acima de tudo, os representantes buscavam fazer do jornal uma espécie de porta-voz de suas demandas.

Em abril de 1953 o governista *A Noite*, em abril de 1953, informava que uma comissão de lavradores de Campo Grande tinha ido a sua redação para dali fazer um apelo ao então secretário da agricultura do Distrito Federal João Luiz de Carvalho, “grande amigo dos que trabalham a terra”, para “facilitar e não dificultar a venda dos produtos”. Pois embora considerado amigo de seus interesses, o secretário tinha intensificado a fiscalização nas feiras da zona rural, promovendo as chamadas “razzias”, espécies de batidas policiais (*A Noite*, 13/04/1953, p. 2).

As denúncias contra a violência de grileiros apareciam com certa frequência em tais eventos. Em fins de 1956, lavradores de Guaratiba vão à redação protestar contra as atitudes de Benedito Velasco, acusado de cometer grilagens na região, ele estaria fazendo loteamentos, acabando com uma passagem usada há mais de 34 anos que ligava o morro do ABC às terras de cultivo.

Em certas ocasiões, como na visita de um grupo de lavradores à redação do *Imprensa Popular* em novembro de 1956, o momento era utilizado para apresentar o maior número possível de apelos. Neste caso eles foram desde o apelo pela aprovação do projeto do vereador Geraldo Moreira no sentido de desapropriar as terras de pequenos lavradores ameaçados de despejo; passando pelo pedido para que o deputado Lutero Vargas e o senador Caiado de Castro “que tão bem conhecem a situação da Fazenda Piaí”, interviessem na questão; chegando a apelar ao Prefeito e ao Presidente da República (*Imprensa Popular*, 17/11/1956, p. 2).

Dois anos antes, uma comissão de lavradores de diversos pontos do Sertão Carioca tinham ido à redação do mesmo jornal para exigir do prefeito uma lei que lhes assegurasse a posse da terra que cultivam há anos. E eles sublinhavam ainda que “medidas como essa têm concorrido para a destruição do ‘cinturão verde’ do Distrito Federal” (*Última Hora*, 27/1/1956, p.12).

Houve ocasiões em que a ida a uma redação servia como oportunidade para promover eventos organizados pelos lavradores, como o foi a II Conferência de Lavradores da Guanabara em fins de maio de 1963. Para tanto, a comissão promotora do evento esteve no dia 24 de maio na redação do *Diário Carioca* para explicar os “pontos capitais e sua importância para a posição para a posição da classe (lavradores) no Estado”. Dois seriam os temas centrais no encontro: o primeiro era a Reforma Agrária; sobre ele falariam vários congressistas e parlamentares, “esclarecendo os entraves sofridos pelo mesmo e pedindo providências imediatas”. O segundo tema seria composto das “reivindicações imediatas do lavrador guanabarinó”, que além daquelas reivindicações encontradas desde a década de 1940 (auxílio financeiro e técnico, isenção de taxas e impostos), exigia medidas para a “regulamentação da situação do ‘posseiro’ e luta contra o ‘grileiro’” e a proibição de loteamentos dentro da faixa agrícola, que devia ser também demarcada pelo estado.

* * *

É preciso que se entenda que as constantes e diversificadas idas do movimento de pequenos lavradores, por meio de seus representantes – que assim se faziam conhecer e serem reconhecidos pela imprensa -, não foram eventos pouco comuns na época. Em verdade, as manifestações de diferentes grupos e setores da sociedade carioca pela reivindicação e defesa do que consideravam serem seus direitos eram corriqueiras. E os protestos junto a autoridades, sedes do poder político ou a simples - ao mesmo tempo fundamental – presença no centro da cidade não eram diferentes. Ao contrário do que se pode imaginar eles não foram um fenômeno de grande visibilidade apenas nos “conturbados” anos 1960. A década de 1950 foi uma expectadora privilegiada de tais iniciativas.

Em agosto de 1951, marítimos promoviam uma concentração junto à Câmara Municipal para a entrega de um memorial ao prefeito do DF (*Imprensa Popular*, 28/08/1951, p.5). Um mês antes, uma “comissão de moradores” do Morro do Jacarezinho, que viviam uma situação parecida com a de muitos moradores do Sertão Carioca, pois estavam ameaçados de despejo, se dirigiram à Câmara Municipal e depois ao Palácio do Catete pleitear pela desapropriação da área (*Imprensa Popular*, 08/07/1951, p. 4). Mal tinha começado o ano de 1952, lá estava uma comissão de moradores da favela Parada de Lucas estacionada em frente

ao Palácio do Catete “a fim de reclamar providências a Vargas” contra as constantes “razzias” efetuadas pela Polícia no lugar (*Imprensa Popular*, 09/01/1952, p.4).

A denúncia contra arbitrariedades e violências agia, como se pode ver, um importante componente para a mobilização em torno dessas manifestações. Vejamos também, em outubro de 1955, o exemplo dos pescadores da Quinta do Caju, que “dispostos a defender seus direitos”, ameaçados por uma tentativa de despejo por parte da Marinha, realizaram uma concentração junto à Câmara Municipal e à Câmara Federal, enviando ainda memoriais e telegramas ao então presidente Café Filho e ao brigadeiro Eduardo Gomes (*Imprensa Popular*, 23/10/1955, p. 2).

As denúncias de violências também eram constantemente levadas às redações dos jornais. Em fins de 1951, uma comissão de moradores de Ricardo de Albuquerque ia à redação do jornal comunista para protestar contra o “rapa” praticado pela polícia no lugar (*Imprensa Popular*, 28/12/1951, p. 2). Até mesmo pessoas de outros estados acorriam às redações de jornais cariocas para externar seus problemas.

Como o fez José Valentim Arnaldo, que em março de 1952 se encontrava na redação do mesmo jornal comunista pra “informar a difícil situação da população rural do Arraial de Piraúba (Minas Gerais)” (*Imprensa Popular*, 15/03/1952, p. 4). Assim também procedeu o lavrador de Magé, H.A.A (como quis ser identificado), que foi à mesma redação para denunciar as arbitrariedades do Juiz dessa cidade e as ameaças de morte dirigidas pelo grileiro B.F (*Imprensa Popular*, 07/10/1952, p. 4).

Em se tratando da Capital Federal, a sede do poder executivo federal, o Palácio do Catete era quase que um destino óbvio para aqueles que se dirigiam para o centro para pleitear por seus direitos. Porém, é importante frisar que a maior parte das pessoas ou grupos que lá iam, invariavelmente tentavam convencer o Presidente a intervir num sem número de assuntos. Não raro havia vários pedidos para que Vargas interviesse em questões que eram da alçada estrita do Judiciário, como a agilização de processos. Mas não só nesse como em vários outros assuntos o uso da autoridade do Presidente era “requerida”. Em maio de 1952, quando o Vargas ainda desfrutava de grande popularidade, uma comissão de moradores de Santa Cruz se reunia com ele para pedir que um leprosário não fosse construído naquele lugar, pois isso, alegavam, “afugentaria vários agricultores” (*Diário Trabalhista*, 13/05/1952, p. 4).

Aliás, um fenômeno bem característico do segundo Governo Vargas era a ida de grupos ou pessoas de outros estados ao Distrito Federal em busca de uma audiência com o “Pai dos pobres”. Foi isso que o maranhense Victor Vieira da Rocha tentou fazer no início de agosto de 1951, quando saiu da cidade de Caxias até o Rio para pedir pessoalmente a Vargas proteção contra o “esbulho” que pretensos proprietários da região intentavam contra ele e sua família (*Imprensa Popular*, 05/08/1951, p. 2).

Mas além dos tradicionais centros de poder, havia os espaços cuja importância, eminentemente simbólica, era reiterada pelos próprios movimentos sociais. Como o era o Campo de São Cristóvão nas manifestações de 1º de maio. Comumente realizadas por setores urbanos, a manifestação ocasionalmente recebia a adesão de grupos do meio rural, caso dos lavradores de Xerém, que lá compareceram na manifestação de 1955 (*Imprensa Popular*, 03/05/1955, p. 8).

* * *

O golpe de 1964, entre tantos prejuízos impostos à democracia, acabou extinguindo aquela que talvez fosse a forma mais vigorosa e clássica manifestação dos cidadãos no exercício pleno do seu direito: o de ocupar momentaneamente espaços na cidade, especialmente as sedes do poder político, para exprimir suas reivindicações e demandas e, às vezes, como foi o caso do pequenos lavradores cariocas das diversas localidades rurais, de simplesmente afirmar a sua existência enquanto grupo e de que ela assim fosse reconhecida. Durante as décadas seguintes os pequenos lavradores e a sociedade em geral teriam que reinventar ou reformular novas formas de afirmação desse direito tão básico do cidadão, que é o direito à cidade.

Bibliografia

CARONE, E. *O P.C.B. (1943-1964)*. São Paulo: Difel, 1982.
CHAMPAGNE, P. *Faire l'opinion. Le nouveau jeu politique*. Paris, Éditions de Minuit, 1990.

- CHESNAUX, J. **Movimientos campesinos en China (1840-1949)**. Madrid: siglo veintuno de España eds., 1978.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRYNSZPAN, M. **Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-64)**. 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.
- LEGRAND, C. **Colonizacion y protesta campesina em Colômbia - 1850-1950**. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 1988.
- MATTOS, M. B. **Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca**. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.
- MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MEDEIROS, L. S. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses**. Comunistas e a constituição de classes no campo. 1995. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- PRESTES, A. L. **Da insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- SANTOS, L. S. dos. **Um Sertão entre tantas certezas: a luta pela terra a zona rural da cidade do Rio de Janeiro: 1945-1964**. Niterói, UFF, Dissertação de mestrado, 2005.
- SANTOS, L. S. dos. Laços em movimento: as ligações dos posseiros do sertão carioca com outros movimentos sociais (1945-1964). *In: Achegas.net*. Rio de Janeiro, nº 33, janeiro-fevereiro de 2007.
- WEBER, M. Concepto y categorías de la ciudad. *In: Economía y sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1977.
- WOLF, E. **Las Luchas campesinas del siglo XX**. Ciudad del Mexico: siglo veintuno editores s.a., 1972.